



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PROVIMENTO Nº 066/2011

(Redação consolidada conforme Provimentos nº 216/2014, 056/2015 e 051/2016)  
(Revogado pelo Provimento nº 012/2017)

Fixa as atribuições dos Membros durante o Plantão de 1ª Instância do Ministério Público do Ceará estabelece os critérios para a escala dessa atuação específica.

A DOUTORA **MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO**, **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 26, inciso XXII, da Lei Complementar Estadual nº 72 de 12 de dezembro de 2008 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Ceará, em face do conteúdo normativo veiculado pelo art. 93, inciso XII da Constituição da república Federativa do Brasil, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, publicada em 31 de dezembro de 2004,

**CONSIDERANDO** que o art. 5ª da Lei nº 7.960/89 determina a criação, no âmbito do Ministério Público, do plantão de vinte e quatro horas para a apreciação dos pedidos de prisão temporária;

**CONSIDERANDO** que o art. 175 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) determina a imediata apresentação ao Ministério Público de todo adolescente apreendido em flagrante de ato infracional ou, sendo impossível, que esta apresentação se faça no prazo de 24 horas;

**CONSIDERANDO** que, fora do expediente forense, poderão surgir situações excepcionais, relativas à violação de direitos fundamentais do homem, em estabelecimentos públicos ou privados, situações estas que legitimem a atuação do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal por conduto das alterações carreadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, garantiu aos jurisdicionados a continuidade da prestação jurisdicional, incluindo a pronta participação do Ministério Público e todos os atos que demandem a sua atuação;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal, em seu art. 129, incisos II e VIII, atribui ao Ministério Público o dever de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como o dever de exercer o controle externo da atividade policial;

**CONSIDERANDO** a necessidade de disciplinar a atuação do Ministério Público durante o Plantão de 1ª Instância;

**RESOLVE** editar o seguinte provimento:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 1º~~ Disciplinar, nos termos deste Provimento, a atuação das Promotorias de Justiça da Capital em regime de plantão administrativo e processual.

~~Art. 1º~~ O plantão ministerial das Promotorias de Justiça da capital, regulado por este Provimento, destina-se exclusivamente ao atendimento de demandas urgentes que, por sua natureza, não possam ser apreciadas no próximo expediente forense.

~~Parágrafo único.~~ O plantão a que se refere o *caput* será constituído pelo plantão criminal de 1ª instância e o plantão cível de 1ª instância, conforme atribuições previstas neste Provimento. [\(redação dada pelo Provimento nº 051/2016\)](#)

~~Art. 1º-A~~ O plantão ministerial em Fortaleza funcionará da seguinte forma:

I — nos dias úteis, inicia-se às 18h e termina às 08h do dia seguinte;

II — nos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente, em duas escalas:

a) a primeira das 08h às 20h;

b) a segunda das 20h às 08h do dia seguinte.

~~§1º~~ O plantão ministerial funcionará em regime de sobreaviso, devendo o membro do Ministério Público designado para nele atuar permanecer dentro do raio de ação que lhe permita atender a chamadas urgentes.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

~~§2º O Promotor de Justiça designado para atuar no plantão ministerial deverá também officiar junto ao plantão judiciário, quando necessária sua atuação, observados os horários e locais definidos pelo Poder Judiciário.~~

~~§3º Os membros designados para atuar no plantão ministerial deverão informar à Secretaria Geral os números de telefone, fixos ou móveis, nos quais poderão ser localizados.~~

~~§4º A Secretaria Geral comunicará à unidade do Poder Judiciário de plantão os números de telefone, fixo ou móveis, pelos quais poderá ser contatado o promotor de justiça de plantão. (artigo inserido pelo Provimento nº 051/2016)~~

### **CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PLANTÃO CRIMINAL DE 1ª INSTÂNCIA**

~~Art. 2º Aos Promotores de Justiça designados para o Plantão de 1ª Instância compete:~~

~~I— receber as comunicações de prisão em flagrante, adotando as medidas cabíveis em caso de constatação de irregularidade ou ilegalidade;~~

~~II— officiar nos procedimentos não submetidos à apreciação do Promotor Natural ou não distribuídos ao Juízo Natural, podendo:~~

~~1) requerer prisão temporária ou preventiva, busca e apreensão ou outra medida cautelar, de ofício ou mediante representação;~~

~~2) officiar nos pedidos de relaxamento de prisão em flagrante, de revogação de prisão temporária ou prisão preventiva, bem como nos pedidos de liberdade provisória, ou requerê-los de ofício, nos termos da legislação processual vigente;~~

~~3) officiar nas medidas urgentes de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ou requerê-las de ofício; e~~

~~4) requerer as medidas urgentes de que trata a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, de ofício ou mediante representação.~~



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

~~III – oficiar nos procedimentos em que lhe for aberta vista pelo Juiz Plantonista, realizar diligências e promover medidas, desde que repute caráter urgente e o ato ou fato configure desrespeito à ordem jurídica, ao regime democrático ou aos interesses sociais e individuais indisponíveis, obedecidas as atribuições institucionais do Ministério Público do Ceará – MPCE; (revogado pelo Provimento nº 216/2014)~~

### **CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PLANTÃO CÍVEL DE 1ª INSTÂNCIA**

**Art. 3º** ~~Aos Promotores de Justiça Cíveis designados para o Plantão de 1ª Instância compete:~~

~~I – Oficiar nas matérias onde esteja caracterizado o constrangimento aos direitos e garantias constitucionais assegurados ao cidadão, reputados como de urgente atendimento;~~

~~III – proceder à oitiva informal de adolescentes apreendidos em flagrante por ato infracional e, se necessário e possível, de seus pais ou responsáveis, vítimas e testemunhas (Lei n.º 8.069/90), e requerer no sentido de liberar o adolescente ou decretar a sua internação provisória, podendo adotar uma das medidas referidas no art. 180 do ECA. (revogado pelo Provimento nº 216/2014)~~

~~II – proceder à oitiva informal de adolescentes apreendidos em flagrante por ato infracional e, se necessário e possível, a oitiva de seus pais ou responsáveis, vítimas e testemunhas, requerendo a liberação do adolescente, a internação provisória ou aplicando-lhe a remissão, tudo nos termos dos artigos 179 e 180 da Lei Federal nº 8.069 de 1990. (inserido pelo Provimento nº 56/2015)~~

### **CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DO PLANTÃO DE 1ª INSTÂNCIA**

**Art. 4º** ~~Nas hipóteses de apreensão de adolescente em flagrante de ato infracional, durante o plantão, a apresentação ao Ministério Público, referida no art. 175 do Estatuto da Criança e do Adolescente, far-se-á no Fórum Clóvis Beviláqua, situado nesta Capital, Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, 220, Bairro Edson Queiroz.~~

**Art. 5º** ~~Excepcionalmente e em qualquer horário, quando verificada a ocorrência de violação aos direitos da criança e do adolescente, deverá o~~



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

~~plantonista após análise da situação e entender necessário comparecer ao local da ocorrência e adotar as providências indispensáveis à remoção da irregularidade constatada.~~

### **~~CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A ATOS INFRACIONAIS~~**

~~Art. 6º Durante o plantão, nos casos relativos à ocorrência de atos infracionais, devem os Promotores de Justiça observar o seguinte procedimento:~~

~~I - proceder à oitiva informal do adolescente autor de ato infracional, que tenha sido apreendido pela autoridade policial, registrando todas as informações possíveis quanto às circunstâncias do ato infracional, bem como ao contexto familiar e social do adolescente (estrutura familiar, frequência escolar, exercício de atividade laborativa, uso de drogas ou bebidas alcoólicas etc.);~~

~~II - em atos infracionais graves, adotar as cautelas necessárias visando evitar a fuga do adolescente ou outras condutas danosas, durante a oitiva informal, sendo recomendável que se proceda à oitiva de forma individualizada, e com a presença do policial responsável pela contenção do adolescente;~~

~~III - reduzir a termo as declarações do adolescente, especialmente quando:~~

~~1) o adolescente alegar ter sido vítima de agressões físicas por parte dos policiais civis ou militares que efetuaram sua apreensão ou que o conduziram;~~

~~2) houver divergências entre o declarado à Autoridade Policial e ao Promotor de Justiça;~~

~~3) o ato infracional praticado for grave (latrocínio, homicídio, estupro etc.).~~

~~IV - diligenciar pela realização de exame de corpo de delito no adolescente, caso este não tenha sido encaminhado ao IML - Instituto de Medicina Legal;~~

~~V - após a oitiva informal, requerer ao Juízo o retorno do adolescente à Unidade Recepção Luiz Barros Montenegro, devidamente acompanhado pelo~~



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

~~responsável da referida Unidade para os encaminhamentos determinados no Plantão;~~

~~VI - manifestar-se, fundamentadamente, pela liberação (com entrega aos responsáveis ou encaminhamento a entidade de abrigo) ou internação provisória do adolescente, por até 45 dias, em instituição própria;~~

~~VII - sendo caso de liberação do adolescente e o mesmo não tenha responsáveis em Fortaleza ou estes se neguem a recebê-lo, requerer, por meio do Juízo, que o adolescente seja encaminhado a entidade governamental ou conveniada destinada a entidade de acolhimento institucional de adolescentes, na forma do art. 101, VII do ECA;~~

~~VIII - caso seja apresentada criança envolvida em ato infracional, requerer ao Juízo a aplicação de uma ou mais medidas protetivas previstas no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente;~~

~~§1º A liberação do adolescente deverá ocorrer, em princípio, quando o ato infracional tiver sido praticado sem grave ameaça ou violência contra a pessoa, se tal providência não tiver sido adotada pelo Delegado de Polícia, nos casos de lei.~~

~~§2º A internação provisória poderá ser requerida, fundamentadamente, analisando-se os fatos de forma individualizada, especialmente quando:~~

~~1) a gravidade do ato infracional (praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa) e a circunstância e consequências do fato justifiquem a permanência do adolescente sob a custódia estatal para a manutenção da ordem pública;~~

~~2) o adolescente correr risco de vida, ante seu contexto social e personalidade, visando a integridade física do adolescente;~~

~~3) houver reiteração no cometimento de ato infracional grave, mesmo aquelas cometidas sem ameaça ou violência;~~

~~4) houver indícios de autoria e materialidade imputáveis ao adolescente, e maior ou menor participação no ato infracional.~~



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

~~§4º Todos os encaminhamentos de criança ou de adolescente deverão ser requeridos ao Juiz e ficarão sob a responsabilidade do Plantão do TJCE.~~

### **CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AOS CASOS SOCIAIS**

~~Art. 7º Durante o Plantão de 1ª Instância, quando apresentadas ao Ministério Público crianças ou adolescentes que não praticaram ato infracional, mas que estão com seus direitos ameaçados ou violados e que necessitam receber algum tipo de atendimento emergencial, deverá o Promotor de Justiça:~~

~~I – proceder à oitiva da criança ou do adolescente e demais envolvidos, caso presentes;~~

~~II – requerer ao Juiz Plantonista o encaminhamento aos responsáveis, mediante termo de responsabilidade, ou a entidade de abrigo, podendo, se necessário, requerer a realização de estudo social à Equipe Interprofissional da Vara da Infância e da Juventude do TJCE durante o expediente normal.~~

~~Art. 8º Após a manifestação do Ministério Público, a criança ou o adolescente ficará sob a responsabilidade do Plantão do TJCE, que providenciará a condução da criança ou do adolescente à sua residência ou à entidade de acolhimento institucional.~~

### **CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A CASOS DIVERSOS**

~~Art. 9º Durante o plantão, na ocorrência de casos diversos dos da prática de ato infracional ou casos sociais, devem os Promotores de Justiça observar o seguinte procedimento:~~

~~I – na ocorrência de ação de suprimento de autorização para viagem, se o caso for de urgência devidamente comprovada, que não possa esperar o horário normal de expediente, proceder a oitiva do requerente, se possível da criança e do adolescente, proceder a análise cuidadosa dos documentos que instruírem o pedido, de maneira a coibir qualquer tentativa de modificação de guarda.~~



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

~~II - na ocorrência de rebelião nos locais de internação provisória ou estrita, entrar em contato imediato com o Promotor de Justiça da 5ª Promotoria da Infância Juventude, com atribuições para execução de medidas socioeducativas, solicitando seu imediato comparecimento ao local, dirigindo-se em seguida à unidade de internação; e~~

~~III - na ocorrência de rebelião, tentativa de fuga com violência contra a pessoa ou motim de presos em outros estabelecimentos prisionais, entrar em contato imediato com os Promotores de Justiça que oficiam nas Promotorias de Execuções Penais, solicitando seu imediato comparecimento ao local e dirigindo-se, em seguida, à unidade onde ocorreu o fato.~~

### **~~CAPÍTULO VII DAS DESIGNAÇÕES DOS MEMBROS PLANTONISTAS E DA ELABORAÇÃO DA ESCALA DO PLANTÃO DE 1ª INSTÂNCIA~~**

~~Art. 10 O Procurador-Geral de Justiça designará, em portaria específica, dentre Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Auxiliares que oficialarão no Plantão de 1ª Instância;~~

~~Art. 10 Para atuar no plantão ministerial a que se refere este Provimento, serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça, em portarias específicas, dois Promotores de Justiça, sendo um deles para o plantão criminal de 1ª instância e o outro para o plantão cível de 1ª instância, observada a divisão de atribuições previstas neste regramento. [\(redação dada pelo Provimento nº 051/2016\)](#)~~

~~Parágrafo único. A designação para oficialar nos plantões da Infância e Juventude recairá, exclusivamente, sobre os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, os quais serão eximidos de participar dos demais plantões cíveis e criminais. [\(revogado pelo Provimento nº 056/2015\)](#)~~

~~§1º Serão designados para atuar no Plantão Criminal apenas os Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Auxiliar, da comarca de Fortaleza, com atuação nas Promotorias de Justiça afeitas à matéria criminal e nas Promotorias de Justiça dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. [\(inserido pelo Provimento nº 056/2015\)](#)~~

~~§2º Serão designados para atuar no Plantão Cível apenas os Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Auxiliar, da comarca de Fortaleza, com atuação nas Promotorias de Justiça Cíveis; da Família; de Sucessões; de Recuperação de~~



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

~~Empresas e Falências; de Registros Públicos; de Execuções Fiscais e de Crimes contra a Ordem Tributária; da Fazenda Pública e da Infância e da Juventude.  
(inserido pelo Provimento nº 056/2015)~~

~~§3º Para o plantão criminal e cível de 1ª instância, serão adotados o sistema de rodízio sequencial entre os cargos de Promotores de Justiça que integram os órgãos de execução mencionados nos parágrafos anteriores. (inserido pelo Provimento nº 051/2016)~~

~~§4º O membro do Ministério Público que venha a ser designado para atuar no plantão ministerial nos horários de funcionamento fixados neste Provimento permanecerá em regime de sobreaviso, na forma disciplinada no art. 1ª-A, §1º. (inserido pelo Provimento nº 051/2016)~~

~~Art. 11 Os plantonistas designados permanecerão na Capital, enquanto durar a designação, em local de fácil acesso, inclusive para atendimento imediato quando apresentados os adolescentes apreendidos pela prática de ato infracional.~~

~~Art.12 A Secretaria Geral da Procuradoria-Geral de Justiça organizará a escala de Plantão encaminhando as respectivas Secretarias Executivas e disponibilizará na Intranet e internet do Ministério Público do Ceará.~~

~~Art. 12-A. A cada dia de plantão ministerial efetivo e comprovadamente realizado pelo membro ministerial, é garantida uma folga compensatória à razão de um plantão trabalhado para um dia a ser compensado, limitada a compensação, em todo caso, a 10 (dez) dias por ano.~~

~~§1º Observada a conveniência e o interesse do serviço, a serem aferidos pelo Procurador-Geral de Justiça, o solicitante à fruição das folgas a que se referem o caput apresentará requerimento ao Procurador-Geral de Justiça, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de arquivamento de plano.~~

~~§2º O requerimento a que se refere o parágrafo anterior deverá ser instruído com a prova do efetivo exercício das atribuições previstas neste Provimento.~~



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

~~§3º As compensações somente poderão ser usufruídas em até um ano após a ocorrência do respectivo fato gerador.~~

~~§4º Não gera o direito à compensação o plantão ministerial em que, trabalhado exclusivamente em sistema de sobreaviso, o membro não venha a desempenhar qualquer das atribuições previstas nos artigos 2º, 3º, 7º e 9º deste Provimento. (artigo inserido pelo Provimento nº 051/2016)~~

~~Art.13 Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.~~

~~Art. 14 Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.~~

Gabinete da Procurador-Geral de Justiça, em Fortaleza, aos 20 de junho de 2011.

**MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO**  
Procuradora-Geral de Justiça